

# ESPAÇO | SOCIALISTA

Nº 61 - 15 de agosto a 14 de setembro de 2013

Contribuição: R\$ 1,00

Organização Marxista Revolucionária

## Um novo momento



## Egito: enfrentar o golpe

## Brasil: avançar na luta!



### NACIONAL

O NOVO MOMENTO POLÍTICO E A CONSTRUÇÃO DE UMA ALTERNATIVA

### BANCÁRIOS

PREPARAR AS LUTAS E ORGANIZAR A CATEGORIA

### PROFESSORES

O PROBLEMA DA EDUCAÇÃO É "EXCESSO DE TEORIA" DOS PROFESSORES?

### MOVIMENTO ESTUDANTIL

BUSCAR O NOVO COM IDEIAS E TAMBÉM PRÁTICAS NOVAS

### PALESTINA

TERROR OU ACORDO DE PAZ?

### EGITO

CONTRA O GOLPE MILITAR. CONTRA O MASSACRE! CONTRA MORSI! LUTAR POR UMA ALTERNATIVA DOS TRABALHADORES

# O NOVO MOMENTO POLÍTICO E A CONSTRUÇÃO DE UMA ALTERNATIVA

A onda de manifestações do mês de junho começou com o movimento contra o aumento das passagens, e terminou com milhões de pessoas nas ruas em centenas de cidades do país, protestando contra a precariedade dos serviços públicos em geral, saúde, educação, transporte, contra os altos gastos com a Copa e as Olimpíadas, contra a corrupção, etc. Essas mobilizações estabeleceram uma nova situação política que se expressa no desgaste do governo Dilma tanto para um setor importante da população quanto para alguns setores da burguesia, na “rebelião” na base governista e principalmente no novo ciclo de lutas. É preciso que se diga que essa mudança ocorreu com o profundo impacto dos milhões de pessoas que foram às ruas contra todas as esferas do poder.

## GOVERNOS SE DESGASTAM

Até o mês de junho havia praticamente um consenso entre os diversos setores da burguesia em torno do governo Dilma. A partir do questionamento que veio das ruas, alguns setores da burguesia começam a dar sinais de que podem pular fora do barco, alegando que este governo tem pouca interlocução com o empresariado. Segundo a própria imprensa burguesa, alguns empresários preferem procurar Lula a Dilma. É qualitativo que o questionamento envolva também a própria política econômica. Com o esgotamento dos incentivos fiscais, o baixo crescimento e a volta da inflação, o ministro Mantega está sendo fortemente questionado e todos os dias surgem artigos e editoriais da imprensa pedindo a sua saída ou a mudança da política econômica.

Outro indício de desgaste de Dilma com setores da burguesia é o fato de que vários deles passam a procurar Marina Silva como uma possível alternativa burguesa para enfrentar essa nova

correlação de forças.

No Congresso nacional, onde desde o início do mandato Dilma se tinha um controle quase absoluto sobre as bancadas dos partidos governistas, também surgem focos de descontentamento e de chantagem com votações contrárias à orientação do governo, declarações públicas contra ministros e a articulação política. Muito desgastados pelas críticas que vieram das ruas, os parlamentares se esforçam para se “descolarem” da imagem desgastada de Dilma.

O desgaste não é só de Dilma. Os governos estaduais, por sua vez, também enfrentam problemas, sendo o caso mais grave o de Sergio Cabral, no Rio, que é o que tem a pior avaliação entre os governadores e inclusive chegou ao ponto de anunciar publicamente que não renunciaria por conta dos protestos diários (sinal de que essa possibilidade está sendo cogitada).

Outro, e talvez o mais importante, elemento deste novo processo é a continuidade das mobilizações, ainda que sem a mesma intensidade que tiveram no mês de junho, mas ainda assim de forma constante. Todos os dias há alguma manifestação ocorrendo em algum lugar do país, desde categorias mais elitizadas, como médicos e delegados de polícia, até os movimentos populares, como o que se seguiu à morte do pedreiro Amarildo no Rio, em que vive-se um clima de rebelião permanente contra o governo Sérgio Cabral. Em várias cidades há ocupações de prédios públicos, câmaras de vereadores, etc.

Dentro deste processo as campanhas salariais de importantes categorias nacionais, como bancários, correios, petroleiros e metalúrgicos, que têm database entre setembro e outubro, é outro processo que pode colocar mais lenha na fogueira uma vez que em algumas destas campanhas o governo está envolvido diretamente nas



negociações e as demais vão encontrar uma patronal bem resistente.

## O FIM DO PT COMO GESTOR DO ESTADO BRASILEIRO?

O PT foi nos últimos 10 anos o grande porta-voz do capital no país. Sua política econômica, baseada no endividamento individual e público para incentivar o consumo, no assistencialismo (bolsa família, etc), que serve para cooptar a população mais pobre e no controle sobre as principais organizações do movimento social impedindo que houvesse grandes lutas deu a esse partido uma grande legitimidade perante a burguesia para controlar além do governo central as grandes empresas estatais, fundos de pensão, além de uma infinidade de cargos de segundo escalão que possibilitaram literalmente acomodar a burocrata política e sindical do partido.

Durante muitos anos criou-se uma unanimidade em torno “modo PT” de governar e neste momento ela está sendo profundamente questionada, e contraditoriamente, pela esquerda e pela direita. Essa mudança se expressa na ruptura dos setores da classe média, nos questionamentos que há nas fábricas em relação aos sindicatos cutistas e nas críticas que setores da burguesia (financiadora do projeto) fazem ao governo e ao partido.

Até mesmo a CUT, o MST e outras entidades governistas são obrigados, em um tom choroso, a admitir que as reformas estruturais no país não ocorram. Não que queiram admitir isso, mas são obrigados pela pressão da base.

Cabe, é claro, a ressalva de que as manifestações de rua e a mobilização das categorias organizadas constituem uma realidade mais típica das grandes cidades e dos estados mais ricos do país. O

assistencialismo do governo e a imagem de Lula ainda fazem com que a população apoie eleitoralmente o PT em amplas regiões do país. A população mais pobre em vários estados ou mesmo na periferia das grandes cidades ainda considera positiva a imagem de Lula e por tabela de Dilma.

É um processo ainda em curso e com resistência por parte do partido e do governo. Não se trata de crise terminal do governo ou do regime como insistem alguns setores da esquerda. O governo e o PT ainda contam com importantes recursos para enfrentar essa crise. A liberação de verbas para acalmar os parlamentares, o aumento da taxa de juros e do dólar, algumas pequenas concessões ao movimento social estão entre as medidas políticas que procuram enfrentar o problema. Como se diz, está doente, mas não está morto.

Para o movimento de massas, o governo se utiliza do controle sobre os movimentos sociais, como a CUT e o MST, para desviar o foco dos questionamentos em direção a uma saída institucional. Para isso esses setores estão defendendo junto aos trabalhadores um plebiscito para a convocação de uma Assembleia Constituinte Exclusiva para fazer a reforma política. É diferente na forma, mas igual ao conteúdo da proposta de Dilma que vê na reforma política apenas um meio para retomar o controle da situação.

No movimento sindical o corpo mole na preparação das campanhas salariais e nas jornadas de lutas também é parte dessa mesma política visando a desmobilização popular. Nos movimentos populares, o PT tem o controle sobre a maioria das direções dos principais movimentos, seja ele movimento negro ou popular. Isso impede que campanhas importantes como, por exemplo, contra o genocídio da juventude negra, tomem contornos de esquerda. Assim, o PT, quando leva a discussão para as periferias, tenta canalizar as demandas raciais e populares para o apoio ao governo Dilma.

### **QUAIS AS SAÍDAS?**

O processo de mobilização não teve força e nem uma consciência que permitisse construir organizações que se colocassem como alternativa política. De certa forma expressou a sua despolitização e o fato de não ter

constituído uma unidade programática em torno das várias demandas presentes nas ruas. Eram várias demandas sem uma unidade.

Então a discussão da alternativa política ainda carece de concretude no movimento real. Mas não significa que devemos deixar de tratar dessa questão fundamental, pois se a classe trabalhadora ainda não a tem, a burguesia já se lançou a ocupar este espaço e, como não poderia deixar de ser, para ela, passa por encontrar um candidato ou candidata que tenha melhores condições de conduzir o projeto de lucratividade do capital.

Mesmo com todo o desgaste dos partidos, sejam eles o PT, PMDB, PSDB, etc., já se fala em possíveis nomes para

a presidência e os governos estaduais. São vários os candidatos: Aécio, Serra, Marina e pelo PT Dilma ou Lula (se o desgaste colocar em risco a reeleição de Dilma, Lula pode ser o “plano B”).

O fato de a burguesia já ter antecipado o debate eleitoral não pode nos levar ao erro de discutir saídas eleitorais. O tamanho da crise econômica, a inflação, a ameaça da volta do desemprego em massa colocam para os trabalhadores a necessidade da construção de um projeto que rompa com o capital e atenda a todas as demandas da classe trabalhadora e do povo pobre.

Mais do que isso: a crise estrutural do capital exige saídas de fundo, estruturais, que nenhum regime burguês poderá dar conta. Isso quer dizer que

## **POR UM MOVIMENTO POLÍTICO DOS TRABALHADORES**

Uma questão fundamental para a revolução socialista é a organização e participação do proletariado como sujeito do processo revolucionário, ou seja, como se realizarão as tarefas para a constituição do poder político operário. Na luta de classes, o papel a ser cumprido pelo proletariado é estratégico.

Mas, ao olharmos a esquerda atualmente nos deparamos com uma profunda divisão e até mesmo uma disputa em que muitas vezes o método é bastante questionável. Não que não deva haver disputas políticas pelo rumo do movimento ou pela tática, pelo contrário, em muitos fatos históricos isso foi decisivo. A questão que se coloca é se a forma como se dá essa disputa ajuda ou atrapalha a construção de organizações (partidárias ou não) revolucionárias que expressem as necessidades da classe de conjunto.

Isso no plano estratégico mais distante. Mas essa mesma questão se coloca no plano imediato, nas lutas políticas contra a burguesia. Como no Brasil as organizações de esquerda representam setores muito minoritários da classe trabalhadora, por conseguinte, elas representam apenas parte da classe trabalhadora, numérica e programaticamente.

Deve também dar especial destaque, como já dissemos, à necessidade de colocar em movimento a classe trabalhadora com um programa

de ruptura com o capital.

Para nós, esse programa pode ser construído a partir de um amplo movimento, que se organize por local de trabalho, de estudo ou de moradia em todo o país, discutindo e construindo uma plataforma política que dê respostas aos problemas de saúde, educação, transporte, moradia, sempre a partir das necessidades dos trabalhadores e não do capital. Neste programa também são decisivas as bandeiras de luta contra o imperialismo, na ruptura com os organismos financeiros e grandes corporações internacionais que espoliam as riquezas nacionais.

Sabemos que a solução definitiva para todos os males sociais de que sofrem os trabalhadores depende do fim do capitalismo, depende de um novo sistema social.

Em relação à composição em um movimento político dos trabalhadores cabe à todas as forças políticas de esquerda que defendam e lutem pelo programa votado nos espaços de decisão do movimento. Não é um movimento para as eleições, mas para organizar a classe trabalhadora politicamente e de forma unitária.

Para nós a constituição desse movimento seria um grande passo para a tarefa que julgamos mais importante para uma organização de esquerda que é de ajudar a classe trabalhadora a desenvolver uma consciência socialista.

essas saídas não passam pelo processo eleitoral, de modo que qualquer discussão sobre a unidade da esquerda no processo eleitoral neste momento é fazer o jogo da burguesia e desviar a inquietação popular para a institucionalidade.

De nossa parte, entendemos que, muito mais do que buscar saídas eleitorais, a tarefa das organizações dos trabalhadores deve ser a de apresentar propostas para a construção de uma saída classista para as lutas que estão em curso e para as que virão. Muito mais do que simplesmente criticar a política econômica do governo, pedindo a redução dos juros (como setores da burguesia fazem), a principal tarefa das organizações de esquerda deve ser a de construir um Movimento Político dos Trabalhadores, que questione não apenas os aspectos pontuais da gestão do país pelo PT, mas todo o conjunto do projeto em aplicação. É preciso dizer claramente que não existem saídas para as demandas populares e dos trabalhadores nos marcos do capitalismo, sistema este que está em crise estrutural em escala mundial.

Não há como satisfazer as demandas por melhores

serviços públicos, por saúde, educação, transporte, habitação, contra a carestia, por melhores condições de trabalho e de vida, lazer, cultura, igualdade racial, etc., sem romper com os pilares fundamentais da política do governo, não só do PT-PMDB-PSDB-DEM e demais partidos, mas do próprio Estado capitalista.

É preciso romper com o pagamento da dívida pública aos especuladores (que consome metade do orçamento), com os empréstimos às empresas, com os incentivos fiscais, etc., e direcionar tudo isso para obras e serviços públicos em favor dos trabalhadores. É preciso estatizar o sistema financeiro, reestatizar as empresas privatizadas (Vale, Embraer, etc.) sob controle dos trabalhadores, anular o projeto da Correios S/A, etc., num conjunto de medidas crescentes, que leve à construção de organismos de poder próprios dos trabalhadores. É preciso fazer um intenso debate ideológico contra as ideias da classe dominante que ainda predominam e voltar a falar na necessidade e na possibilidade do socialismo!

## BANCÁRIOS

# CONTRA OS GOVERNISTAS, RETOMAR AS LUTAS E A ORGANIZAÇÃO DA CATEGORIA

Existem mais de 400 mil bancários no país (sem considerar terceirizados, correspondentes, lotéricos, banco postal, etc.), sendo que praticamente 25% deles estão na base de São Paulo, Osasco e região. Os bancários estão entrando em campanha salarial, com data base em 1º de setembro, e juntamente com correios, petroleiros e metalúrgicos, podem protagonizar algo semelhante a uma greve geral no segundo semestre. Mas para que isso aconteça, seria preciso passar por cima da direção do movimento sindical, controlado há décadas com mão de ferro pela Articulação (PT), corrente majoritária da CUT, que em bancários se organiza numa entidade chamada Contraf, filiada à CUT. Contando com a colaboração de satélites como DS, CTB, (PCdoB) e Intersindical, a Articulação se apoderou dos principais sindicatos e os conduz de maneira cada vez mais distante das lutas.

O principal sindicato da categoria bancária no país, o sindicato de São Paulo, Osasco e região, que dirige a Contraf, é um verdadeiro conglomerado empresarial, com gráfica, imobiliária, financeira, faculdade, ONG, etc., além de ser a porta de entrada para a diretoria dos fundos de pensão do BB (PREVI) e da CEF (FUNCEF), por meio dos quais o PT controla participações acionárias

em centenas de empresas e se associa organicamente aos interesses de classe da burguesia brasileira.

Há décadas esse sindicato abandonou a combatividade e se transformou no maior promotor do "sindicalismo cidadão", eufemismo para colaboração de classes. O resultado disso é que não há mais qualquer organização no setor dos bancos privados, que representa metade da categoria, e as lutas se restringem aos bancos públicos (BB, CEF, Banco do Nordeste, Banco da Amazônia e alguns estaduais remanescentes). A Articulação se sustenta eleitoralmente na base de bancos privados (que vê o sindicato como uma espécie de clube de convênios), que lhe dão folgada maioria em São Paulo, e usa esse controle para impedir as lutas nos bancos públicos. Os burocratas do PT se perpetuam como representantes nas mesas de negociação, enquanto que do outro lado da mesa, os dirigentes do BB e CEF (assim como das demais estatais como Correios e Petrobrás) são também do próprio PT ou indicados por partidos governistas. Isso impede que nas negociações salariais as verdadeiras necessidades dos trabalhadores sejam postas em pauta. Os acordos são muito rebaixados e, para que sejam aprovados, a Contraf-CUT e seus

satélites usam todos os tipos de manobras, como trazer os gerentes e fura-greves em massa para votar a favor do acordo, em assembleias no horário da noite.

Essas traições escancaradas, somadas à ausência de organização de base, de representantes nos locais de trabalho, de fóruns permanentes de discussão e de organização, de enfrentamento cotidiano aos desmandos e abusos dos gerentes, faz com que os bancários estejam já muito desconfiados do movimento sindical e da greve. Os bancários vão à greve todos os anos desde 2003, mas o fazem porque simplesmente não suportam mais as condições de trabalho. O excesso de serviço, a pressão diária, a cobrança dos gerentes, o assédio moral, o adoecimento físico e psicológico, massacram diariamente esses trabalhadores, que veem na greve uma forma de dizer "chega, não aguento mais!", que funciona como uma válvula de escape. Fazem greve e deixam de ir trabalhar, mas deixam também de comparecer às atividades de greve, piquetes, assembleias, etc., desconfiados de que os dirigentes dos sindicatos vão trair a luta a qualquer momento.

Esse potencial de insatisfação está presente todos os anos nas campanhas

salariais. O desafio é fazer com que essa insatisfação que leva à “greve do saco cheio” se transforme em uma mobilização com participação e envolvimento dos trabalhadores na luta, com presença nas assembleias e mobilizações, de forma a passar por cima das burocracias dirigentes. Esse papel cabe às oposições sindicais. Infelizmente, o Movimento Nacional de Oposição Bancária - CSP-Conlutas, abandonou o projeto de construir campanhas independentes da burocracia, participando dos fóruns da CUT, sob o pretexto de “disputar a base” da Articulação.

Por outro lado, a Frente Nacional de Oposição Bancária, composta por coletivos de vários estados (entre os quais o Bancários de Base – SP, em que milita o Espaço Socialista) e ativistas independentes, luta para resgatar um sindicalismo combativo, classista, antigovernista e democrático, resgatando a pauta de reivindicações históricas e fazendo oposição intransigente à burocracia da Contraf-CUT. O Bancários de Base – SP também participa do boletim “Avante, Bancários!”, em conjunto com outros coletivos de oposição da base de São Paulo. Lutamos para resgatar os

elementos básicos de democracia nas assembleias, para que as assembleias sejam no horário da tarde (sem a presença de gerentes e fura-greves), para que os bancários possam falar, possam fazer propostas, possam colocar propostas em votação, possam eleger representantes na mesa de negociação, possam discutir as questões específicas durante a campanha salarial. São esses elementos básicos que podem motivar os bancários a tomar as questões em suas mãos. Assim como os manifestantes ocuparam as ruas, precisamos ocupar a quadra nas assembleias!

## GOVERNOS E CAPITAL CULPAM “EXCESSO DE TEORIA” DOS PROFESSORES

MARCOS DE OLIVEIRA - PROFESSORES DO ESPAÇO SOCIALISTA

A Folha de São Paulo publicou no dia 04/08 uma matéria sobre os possíveis problemas com a formação dos professores. O texto assinado pelo jornalista Fábio Takahashi começa dando ênfase à declaração do atual ministro da educação, Aloizio Mercadante, de que “não dá pra formar professor só lendo Piaget”. No decorrer da matéria, Takahashi segue na mesma linha de Mercadante, que resume o problema da educação no Brasil à formação do docente, que segundo a matéria da Folha, recebe pouco treinamento e muita teoria para atuar em sala de aula.

O discurso de Mercadante e da Folha tem, no entanto, em seu conteúdo uma visão de educação e de teoria bastante precária. Os argumentos da Folha e de Mercante tentam mostrar a existência de uma oposição entre teoria e prática pedagógica, como se a teoria não tivesse seu fundamento na realidade, e fosse apenas uma abstração; e como se a atividade docente pudesse ser exercida e aprendida de modo não reflexivo.

A preocupação com a formação dos professores é legítima, e como ministro da educação, Mercadante deveria, antes de mais nada, pesquisar e ouvir os principais especialistas no assunto que são os professores e em seguida traçar metas para melhorar essa formação. O ministro, se tivesse realmente preocupado com a formação dos

professores, estaria assustado com os resultados que o ENEM vem demonstrando: os cursos de licenciatura não atraem quase ninguém, devido ao baixo piso salarial dos professores, e estas vagas vêm sendo preenchidas por estudantes com notas muito baixas no exame, e mesmo assim, boa parte desiste durante o curso. O governo que diz estar preocupado com a formação dos professores deveria aparelhar as bibliotecas dos cursos de licenciatura, pois, diferente do que afirma a matéria da folha, o professor no Brasil não lê demais – mesmo porque se assim fosse, não seria problema algum.

### TRABALHO MANUAL E MECANICISMO

O projeto do governo e do capitalismo para a educação é o aprofundamento do ensino meramente tecnicista e a formação do aluno acrítico e conformista. Para construir um ensino completamente acéfalo é necessário que a atividade docente deixe de ser intelectual, ou seja, que o professor não possua nem um tipo de autonomia sobre o que leciona, não seja um pesquisador e tampouco apresente ideias originais que instiguem os alunos a produzir conteúdo. A proposta de educação, já em curso, delega ao professor a função de apenas reproduzir aquilo que de forma



hierárquica os PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais) e os Currículos Estaduais e Municipais determinam.

Um professor com essas características não precisa e, nem pode, ter uma boa formação teórica. O mecanicismo, que atribui ao professor um papel de reproduzidor de um discurso pronto e separa o ensino e a pesquisa, carece de um professor não preocupado com a formação humana e crítica dos alunos, tampouco que queira com as suas aulas desvelar as contradições que existem na sociedade.

O professor ideal do governo e do capital, e que a Folha de São Paulo defendeu com veemência, é aquele que, em suma, não é professor, quando muito, é um tradutor de uma determinada linguagem que os alunos ainda não dominam e que continuarão a não dominar, pois receberão as informações prontas e petrificadas. Nesse modelo de educação, o aluno e o professor mantêm

com o conhecimento uma relação quase que de estranhamento; nem o professor escolhe o quê e como ensinar; e tampouco os interesses e a realidade do aluno terão alguma importância no processo de construção do conhecimento.

Mas há ainda outros atributos que o capital e os governos cobram dos professores e que não aparecem nas colunas dos jornais, mas sim na dura realidade das escolas. Para a maioria das direções de escola, o bom professor é em primeiro lugar aquele que mantém seus alunos dentro da sala de aula, seja por qual “método pedagógico” for. É o professor que assume o papel de se enfrentar e reprimir os alunos, não levando problemas para a direção, mesmo que isso o leve a acirrar o conflito com os alunos e ficar cada vez mais doente; que assume o papel não apenas de professor, mas também de controlador e punidor. Isso tem se intensificado nas escolas, inclusive com a instalação de câmeras, grades e outros meios de controle e repressão tanto aos alunos como aos professores. A presença cada vez maior da polícia nas escolas tem sido outra constante.

A Educação Pública vai se tornando cada vez mais um grande aparato de assistência e controle tanto dos conteúdos a serem ensinados, como da concepção de mundo, do comportamento, das atitudes e o professor como agente prático e imediato desse processo, pois é quem tem o contato direto com os alunos e pais.

### **EDUCAR NA LUTA E PARA ALÉM DO CAPITAL**

A educação é um processo pelo qual o homem se humaniza, é um instrumento para desenvolvermos

nossas potencialidades e habilidades, formarmos valores, superarmos as visões preconceituosas de senso comum, ou como diriam os gregos: *passamos da doxa a episteme*. O acesso à educação e à cultura é um direito de todos os homens e mulheres. O capitalismo, contudo, criou a sua educação e o seu modelo de escola.

Na educação capitalista, há muito tempo a teoria perde espaço para a instrumentalização do conhecimento, que é voltado exclusivamente para a produção tecnológica, mesmo que essa tecnologia esteja contra a humanidade. A ridicularização da teoria já alcançou uma dimensão tão imensa que é possível ouvir discursos como o de Aloízio Mercadante, inclusive por professores. É lugar comum ouvir de secretários da educação (indicados por políticos) que o problema da educação é a formação do professor com muito conhecimento, mas pouca experiência em sala de aula.

O discurso da falta de formação prática esconde problemas concretos gravíssimos, como os baixos salários, excesso de carga horária para tentar completar o orçamento, altíssima quantidade de alunos por sala, falta de estrutura física das escolas que contemplem novas tecnologias e até mesmo a falta de professores em algumas áreas como física e matemática. Resolver todos esses problemas implicaria mais investimentos, mas isso entraria em desacordo com a proposta do capitalismo para a educação, e em especial, com as políticas impostas pelo FMI e o BIRD e outras empresas e bancos com seus institutos e ong's – que visam a formação de uma mão de obra barata, de reposição ágil e flexível, cujo objetivo é a eliminação de qualquer ideologia que questione o capitalismo ou proponha um outro tipo de sociedade; visam uma educação que sirva como mecanismo de controle social, na medida em que os alunos são colocados dentro das escolas com a intenção de não expô-los à criminalidade, não deixar que pratiquem atos criminosos e permita a liberdade de consumo.

Ao tentar focar os problemas da educação na

formação, supostamente muito teórica e pouco prática do professor, o estado deixa muito evidente que não quer uma escola pensante e nem viva, ao contrário, que a escola deve ser um mero instrumento do capital para a formação de mão de obra, por isso pretende impor como modelo único um ensino técnico, não teórico e pouco ou nada reflexivo.

A educação deve ser um direito de todos, pois se trata de algo essencial para a formação intelectual e para o pleno desenvolvimento dos indivíduos, não pode estar sujeita aos ditames do Fundo Monetário Internacional, e nem submissa aos interesses do capital. A educação, como possibilidade de conhecimento da natureza e do homem, carece de professores bem formados, e isso implica muita leitura, boas condições de trabalho e salários dignos.

A posição do ministro Mercadante e da mídia burguesa em defesa de uma educação tecnicista, baseada em um falso empirismo e acrítica, é a expressão da vontade e da necessidade do capital de ter a escola como um local unicamente formador de mão de obra precária. A educação da qual a humanidade e os trabalhadores precisam é oposta ao capital, é humanista e estimula o pensamento e a sensibilidade. O capitalismo, por sua vez, pela sua essência, não pode ser humanista, nem tampouco tem interesse no livre pensamento ou na sensibilização do homem pela arte ou cultura; ao contrário, não tem nenhuma dessas exigências, pois para a perpetuação do atual modelo socioeconômico, desumano e excludente, é mais vantajoso formar o conformista lacônico. O nosso papel como professores é de fazer oposição ao capital e à educação burguesa. Não nos cabe, como professores, aceitar o papel de trabalho manual, de formadores de mão de obra, ao contrário, temos a obrigação moral de zelar por uma educação que aponte para além do capital.

Só conquistaremos essa Nova Educação unindo professores, alunos, pais e demais trabalhadores, tanto nas lutas concretas que ocorrem nas escolas, como nos movimentos maiores (greves, manifestações, ocupações) e em uma ruptura com o capitalismo em direção a outra sociedade livre e humana, uma sociedade socialista.



# UM BALANÇO NECESSÁRIO AO AVANÇO DA LUTA DO MOVIMENTO ESTUDANTIL

JONATHAS ABI

As mobilizações de junho que levaram milhões às ruas do país ainda estão bastante ressentidas e toda e qualquer análise está sujeita a incorrer em erros. No entanto, podemos verificar alguns elementos que, no mínimo, colocam as organizações de esquerda na obrigação de rever as suas intervenções junto ao movimento de massa, determinadas concepções de atuação junto às bases sociais, aos sindicatos, entidades etc.

A juventude teve papel fundamental nessas manifestações. O movimento estudantil - um dos segmentos da juventude - também se fez presente e não deve ficar de fora desse balanço. Pois, além de ter feito parte dessas mobilizações, o mesmo já vem, há algum tempo, sendo objeto de inúmeras análises, em especial no que se refere às várias concepções colocadas em prática pelas organizações de esquerda junto aos estudantes do país após as rupturas feitas por diversos setores do movimento diante da falência para a luta da União Nacional dos Estudantes (UNE).

## ○ GOVERNISMO NÃO NOS REPRESENTA

Há um consenso entre todos da esquerda que a UNE não corresponde há muito tempo a tarefa que deveria ter de impulsionar a luta dos estudantes. Os seus vícios burocratizados, o atrelamento e a consequente perda de autonomia frente ao Estado, e a sua ausência do cotidiano da base estudantil são características que encontramos em todas as análises feitas pelos partidos, entidades e organizações de esquerda. As divergências entre esses setores surgem a partir do momento sobre o que fazer diante de mais de 20 anos de

ausência de uma entidade nacional que de fato se colocasse a altura dos desafios e anseios dos estudantes brasileiros que enfrentam um dos maiores ataques à Educação pública.

Alguns desses setores afirmam que apesar da falência da UNE, ainda se deve ir aos seus espaços para disputar os milhares de estudantes que vão aos congressos da entidade (CONUNE). Existem vários grupos e coletivos que se encaixam nesse perfil e o exemplo mais clássico desse tipo de leitura é o PSOL. Apesar de todas as lutas efetivas que as correntes desse partido participam acontecerem por fora da entidade e terem que sair para construir espaços por fora da UNE, para poder de fato travar os embates necessários contra os projetos de mercantilização da Educação, eles insistem em afirmar que estão lá dentro para “disputar a consciência” dos estudantes que comparecem no CONUNE. No entanto, acabam sucumbindo à burocracia da entidade ao mesmo tempo em que têm que afirmar a UNE como legítima representante dos estudantes.

## ○ MAIS DO MESMO NÃO PODE NOS REPRESENTAR

Por outro lado, outros grupos e coletivos Brasil à fora decidem romper com a UNE e tentar encontrar novos meios para alavancar a luta dos estudantes que não mais se reconheciam dentro do velho movimento estudantil. A maior e mais expressiva representação desse rompimento vai ser o PSTU, o exemplo mais palpável de que era preciso romper com a UNE para poder fazer frente ao governo, foi o ano de 2007.

O país viu mais de 28 reitorias das universidades públicas ocupadas por estudantes que estavam se organizando por fora da UNE. De fato, ficava claro para as organizações de esquerda que era necessário criar uma ferramenta nova em contraposição à velha concepção de se fazer movimento estudantil, enterrar de vez as práticas representadas pelos

“caciques” e “marajás” da UNE e efetivamente abrir caminho para uma geração que aprendeu na prática o que era superar algo que não mais estava a altura dos desafios que estavam postos.

Era necessário após as ocupações aprofundar esse rompimento. Rompimento este que obrigatoriamente iria para além da simples troca de siglas e bandeiras. Tal mudança passava inexoravelmente pela ruptura de tudo que de nefasto era representado pela UNE.

No entanto, o que se sucedeu pós 2007 foi, em larga medida, a repetição das velhas práticas, dos velhos vícios e, em muitos casos, uma cópia perfeita daquilo que se tentava superar. Agora talvez, com as mobilizações de junho desse ano, essas afirmações se apresentem de forma mais nítida. Vejamos:

Criticava-se o atrelamento da UNE ao governo e aos partidos políticos PT e PC do B. Vale ressaltar que desde o início da década de 1990 é o PC do B que está à frente da entidade. Pois bem, o novo movimento e os seus respectivos instrumentos, deveriam, neste caso, ser exatamente o oposto do que se tinha antes. Nenhum atrelamento político ou financeiro de uma nova entidade a qualquer partido ou organização deveria ser aceito.

Criticava-se também a ausência da UNE entre o conjunto dos estudantes. Ausência esta que tinha um duplo caráter, pois, além de termos os representantes de tal entidade se fazendo presente no dia a dia da base estudantil, a própria base estudantil deve se reconhecer e reconhecer a entidade que a representa.

Se essas críticas eram de fato o que deveria nortear os passos do novo, então, porque será que os jovens e estudantes presentes nas manifestações não se reconheceram e não foram reconhecidos no novo? Aqui o novo tem nome e sigla bem definida: Assembleia Nacional dos Estudantes Livres (ANEL).

Obviamente, esse texto é direcionado ao movimento estudantil.



Dirigente da UNE e a cúpula do governo federal

É inadmissível que toda uma geração de lutadores, nos quais podemos enxergar a vontade e a honestidade de quem quer mudar alguma coisa na sociedade, seja educada por uma esquerda que naturaliza determinadas práticas e métodos retrógrados que se contrapõem as possibilidades de efetivação das lutas que se apresentam e que abrem brechas para o avanço de uma alternativa socialista.

Porém, esse estranhamento entre aqueles que se diziam – e ainda dizem – representar o conjunto dos trabalhadores também se fez e se faz presente.

Evidentemente, não se trata aqui de colocar essa análise como o único elemento que explica o fato de muitos estudantes e a juventude, de uma forma geral, gritarem para baixar as bandeiras das entidades e dos partidos nas manifestações. Lógico que existem inúmeros fatores que fazem parte do conjunto da obra para se entender a não conexão entre os que se autoproclamam representantes e os seus representados.

Porém, devemos dentro das organizações e nas entidades que os militantes de esquerda atuam fazer esse balanço de maneira honesta, crítica e sem a vaidade que em muitos momentos se fazem presentes nos partidos políticos de esquerda.

É inadmissível que toda uma geração de lutadores, nos quais podemos enxergar a vontade e a honestidade de quem quer mudar alguma coisa na sociedade, seja educada por uma esquerda que naturaliza determinadas práticas e métodos retrógrados que se contrapõem as possibilidades de efetivação das lutas que se apresentam e que abrem brechas para o avanço de uma alternativa socialista.

Tal balanço perpassa a própria dinâmica do movimento estudantil e vai diretamente em uma das teclas que o Espaço socialista vem defendendo que é justamente o acerto de contas que a esquerda tem com a sua própria história e com os erros cometidos, que foram transformados em dogmas que beiram

as profecias religiosas.

O atrelamento das entidades às organizações e partidos políticos; a autoproclamação de ser representante de uma determinada categoria; e a repetição do velho, sendo falado e gritado aos quatro cantos quase como se fosse um mantra, longe de representarem características de uma esquerda que insiste e persiste em buscar uma sociedade sem a opressão

e exploração do homem pelo homem, livre e igualitária, na verdade, representam um entrave nessa construção.

O que assistimos e ainda estamos assistindo é que aqueles que “nunca dormiram” se acostumaram a ver nos espaços de auto-organização e de luta dos estudantes: a busca desenfreada e transloucada de se colocar os interesses de autoconstrução dos partidos acima da dinâmica, das decisões e até mesmo da realidade do movimento e da base estudantil. A questão é que desta vez não deu para boa parte dos partidos que se diz de esquerda colocar as contradições para debaixo do tapete, da mesma forma que não deu, lá em 2007, para os partidos de direita - camuflados de vermelho - PC do B e PT, personificados na União Nacional dos Estudantes.

### **A LUTA ANTICAPITALISTA E ANTIGOVERNISTA, REPRESENTAMOS!**

Esse balanço não pode deixar de lado as lutas que estão postas até que se concretize. É evidente a quantidade de respostas que temos (toda a esquerda) a obrigação de dar ao conjunto das mobilizações que se fazem presentes em várias cidades pelo Brasil. Além dessas, temos também uma série de demandas nas universidades, nas escolas e nas periferias... e tudo isso vai requerer determinadas unidades entre nós. Para tanto, teremos que lidar com nossas divergências quanto aos instrumentos que cada organização defende como ideais para o movimento, com as contradições que cada uma carrega e com as concepções defendidas no conjunto da juventude. Mesmo assim,

estas diferenças não devem jamais deixar de serem debatidas entre nós a ponto de nos colocarmos em lados opostos.

Essa unidade nas lutas, não deve ser apenas no campo das ideias. Apesar de sermos uma organização numericamente pequena comparada ao tamanho do Brasil, estamos dispostos a colocar esta unidade na prática nos locais onde temos militância efetiva, como é o caso de São Paulo e Alagoas. Porém, essa unidade não pode acontecer com a imposição dos grupos hegemonicamente maiores sem que haja discussões sobre os pontos que venhamos nos colocar para fazer unidade de ação.

Também devemos ter como pressuposto quem são de fato as organizações de esquerda que iremos fazer essa unidade. Não é demais lembrar e ratificar o nosso posicionamento, advindo da história recente do país que, a partir da guinada à direita que certos partidos e organizações deram ao longo das últimas duas décadas, não nos coloca no mesmo polo de atuação.

É preciso definir muito bem quem são os nossos aliados e quem são os nossos inimigos na atual conjuntura. É inegável o papel que o PT e PC do B e seus aliados meramente eleitores cumpriram nos últimos anos, tanto no movimento dos trabalhadores quanto no movimento estudantil. Foram decisivos à gestão, ampliação e concretização dos interesses do capital junto aos projetos privatizantes da Educação.

Não é demais lembrar que lá em 2007, tal como em junho deste ano, tal como em vários outros momentos da história, o movimento estudantil ganhou força e obteve vitórias justamente quando foi capaz de fazer unidade com os setores que se colocaram para a luta e deixou para trás aqueles que foram superados pelo movimento da História. Juntemo-nos com os anticapitalistas, antigovernistas, com todos aqueles que não aceitam mais entidades falidas, organizações viciadas, bases e periferias humilhadas, que se auto-organizam na ação direta numa luta coletiva e necessária para organizarem a juventude e o movimento estudantil e reorganizarem o que está desorganizado, disperso e servindo a interesses que não são nossos. Juntemo-nos para avançarmos nessa luta!

# PALESTINA: NOVAMENTE O TERROR COM UM “NOVO ACORDO DE PAZ”

IRACI LACERDA E MASSARU UEMATU

No final de Julho foi anunciada a retomada das “negociações de paz” entre Israel e a Autoridade Palestina, impulsionada pelos EUA. A data marcada para meados de Agosto se estenderá pelos próximos nove meses e as negociações seguirão sobre a possibilidade da existência de dois Estados na região.

Mas, é possível existência de dois estados e o estabelecimento da paz na região apagando todo o passado de um povo? É possível que um acordo proposto por Israel e EUA garanta a paz ao povo trabalhador árabe e judeu? É possível impedir, no presente, a continuidade da invasão do território palestino imposta por Israel? Quem conquistará a paz com esse tipo acordo?

A necessidade de Israel e EUA indicarem suas propostas de acordo nesse momento não é à toa. Todo o período vivido com as grandes mobilizações da Primavera Árabe deixou a forte instabilidade dos governos que não conseguem resolver problemas como o desemprego, trabalho precarizado, a desigualdade social, o alto custo dos alimentos, a falta de “democracia”, etc. que afetam diretamente vida do povo trabalhador.

Mas, é necessário para o capital estrangeiro se reorganizar diante de toda essa situação. O Oriente Médio continua representando 60% da reserva mundial de petróleo. E é fundamental que a região da Palestina, que apresentou alguns conflitos durante a Primavera Árabe, se mantenha controlável tanto para buscar conter possíveis novas mobilizações como para garantir o avanço norteamericano sobre o território iraniano.

No entanto, para encaminhar esse “acordo de paz” se mantém na pauta questões fundamentais para o povo palestino: 1) que todos os assentamentos israelenses, construídos no território palestino, sejam abandonados; 2) que haja a devolução da região leste de Jerusalém; 3) que as demais terras, Cisjordânia e Gaza, tomadas em 1967, sejam reconhecidas legalmente como Estado da Palestina; 4) que os refugiados palestinos retornem para suas casas; 5) que os árabes

sejam responsáveis pelas medidas de controle de segurança no vale do Rio Jordão.

Embora essas questões figurem formalmente na pauta como parte da tentativa de acordo entre palestinos e israelenses, antes mesmo da data prevista, Israel já havia anunciado cerca de mil novas construções em assentamentos na Cisjordânia e na parte Leste de Jerusalém. Essa medida já demonstra o quanto um “acordo de paz”, sob o capitalismo, significa manter a subordinação de uma das partes, pois, ao insistir em aumentar o número de assentamentos, Israel questiona também de imediato outras questões fundamentais presentes na pauta (itens 2 e 3).

## NOVO ACORDO PARA MANTER O VELHO ESTADO DE ISRAEL

Essas questões, que são fundamentais para o povo palestino, foram motivos de intensos conflitos na região para a imposição e o fortalecimento do Estado de Israel.

No final do século XIX, um movimento internacional judeu impulsionou a volta para a região da Palestina. E em 1948, o sionismo e a ONU proclamaram a criação do Estado de Israel. Além dos conflitos, parte dos trabalhadores árabes foi expulsa do território, se refugiou nos países vizinhos e ainda hoje é impedida de voltar para suas casas.

1) Foi com a intensificação da construção de assentamentos por Israel – a partir de 1968 em áreas ocupadas durante a Guerra Dos Seis Dias – que aumentou a população israelense nessas áreas, expandiu a invasão e o controle territorial e manteve-se o controle militar na região. Mesmo sendo considerados, ilegais somente a partir de 2005 teve início uma lenta desocupação da Faixa de Gaza.

2) Israel, proclamou Jerusalém, em 1980, como sua capital. A devolução da parte Leste é fundamental para os palestinos, pois representa o terceiro lugar mais sagrado do Islã.

3) O fato de a Autoridade Palestina exigir que Cisjordânia e Gaza sejam



reconhecidas como parte do seu território, tomado em 1967, significa a retirada total das Forças Armadas israelenses da região. Orientação encaminhada, naquele mesmo ano, pelo Conselho de Segurança da ONU. Ou seja, Israel deixaria de ter o controle sobre a região, inclusive, militar.

4) Os refugiados palestinos representam cerca de 5,3 milhões (mais de 40% em idade de 15 a 30 anos, representam a quarta geração de refugiados) e estão em países como Síria, Jordânia, Líbano, além dos territórios ocupados por Israel. São pessoas que perderam a casa e o meio de sustento, a partir de 1948, quando a ONU declarou a divisão do território e a criação do estado de Israel, que garantiu um maior território para a população israelense que era menor.

A condição dos refugiados palestinos difere em cada país. Na Síria, por exemplo, há certa integração social. Enquanto que no Líbano há um “estado especial de privação”. Em Gaza, dois terços da população, cerca de 800 mil palestinos, vivem de ajuda humanitária, ou seja, sem condições básicas ([exame.abril.com.br](http://exame.abril.com.br) 04/04/2013). Em Israel, o índice de desemprego é maior entre os árabes e no setor público trabalham basicamente na Saúde e na Educação ([www.controversia.com.br](http://www.controversia.com.br)).

5) O controle da segurança no vale do Rio Jordão pela Autoridade Palestina garantiria os limites da fronteira na Cisjordânia, onde está sendo construído, por Israel, o muro da separação (que anexa mais de 10% do território da Cisjordânia à Israel e dá maior segurança aos assentamentos), também considerado ilegal pela comunidade internacional. Além disso,

possibilitaria garantir o cultivo e os recursos hídricos, à população palestina, controlados pelas Forças Armadas de Israel.

Não acreditamos que o governo de Israel negociará essas questões para favorecer o povo palestino. O desrespeito aos acordos anteriores e a não aplicação de nenhum tipo de sanção pelos organismos internacionais, como a ONU, reforçam isso.

Toda essa situação tem colocado em lados opostos trabalhadores palestinos e judeus, os maiores prejudicados. Enquanto estão divididos a burguesia israelense mantém o domínio e expansão territorial, garante o controle de fronteiras na região, o acesso do Imperialismo às riquezas naturais e vai mantendo o poder bélico e impondo a sua paz.

### **A PAZ QUE NÃO QUEREMOS CONSERVAR**

A parte da população trabalhadora na Palestina, especialmente os jovens, demonstrou na primeira Intifada, em 1987, o quanto não aceitava a situação imposta à região e o quanto o governo de Israel tolerava que participava da luta. Nesse levante, enquanto os jovens foram armados de pedras, paus, de indignação contida e inauguravam as formas e os níveis de resistência à repressão ainda presentes nas recentes manifestações pelo mundo, muitos eram assassinados pelos tanques israelenses. E quando já não se tinha o controle da situação nas ruas, a Autoridade Palestina tentou restabelecer a "ordem" e participou com Israel, em 1993, do Acordo de Oslo, não cumprido.

Depois da segunda Intifada, persiste a constante repressão aos jovens palestinos. A ONU estima que cerca de 7000 crianças e jovens foram detidos pelo exército israelense. Muitos sofrem os mais diversos tipos de violência (tortura, sexual, privação de alimentos, água e afastamento da região). ([www.portugues.rfi.fr](http://www.portugues.rfi.fr) 20/06/2013). Essa também é uma das formas que o governo de Israel adotou para tentar destruir a população jovem que não aceita mais acordos para que tudo permaneça como está.

Outra forma de violência é a negação do direito à vida da mulher e à maternidade. Com a falta de alimentos e a pobreza imposta por Israel (ocupação militar, cercos ou muro) muitas mulheres passaram a sofrer de desnutrição e anemia. Isso contribui para 20% das

mortes maternas (envolverde.com.br 12/03/2013). Abortos, inclusive, por exposição diária a gases tóxicos, vários tipos de doenças adquiridas nas prisões e o aumento considerável do estupro também fazem parte desse contexto.

Desde o início da construção do Muro da Segregação Racial, em 2002, a vida do trabalhador rural árabe também tem sido muito dificultada. Na Cisjordânia os palestinos são impedidos de adentrar em suas terras para cultivar oliveiras, o que também dificulta a produção e a venda do azeite, já que precisam enfrentar os postos de controle militar israelenses ([veja.abril.com.br](http://veja.abril.com.br) 14/11/2011).

Essa situação vem se agravando a partir da crise mundial, iniciada em 2008, das Guerras do Iraque e do Afeganistão com os EUA e das manifestações e levantes, iniciados em 2010, com a Primavera Árabe. Israel é o braço militar do EUA na região, é um país estratégico para chegar até o Irã e se manter forte no controle da região é imprescindível para garantir o acesso ao petróleo.

As preocupações de Israel/EUA com esse "novo acordo de paz" extrapolam o "perigoso Irã". Residem também em sufocar qualquer tentativa dos trabalhadores judeus ou israelenses de se organizarem e se unificarem nas lutas que continuam ocorrendo, no Oriente Médio e no Norte da África, a tal ponto que derrubem seus governos.

Já tem sido frequente, nas redes sociais e internet, demonstrações de resistência, como se negar a servir ao Exército israelense ou mesmo de solidariedade de judeus à luta do povo palestino ([www.youtube.com/watch?v=Q-OsezxL7c](http://www.youtube.com/watch?v=Q-OsezxL7c)).

Também têm surgido críticas e novas organizações contra a Autoridade Palestina, o Fatah na Cisjordânia e o Hamas em Gaza. Um exemplo é o Tamarod (Rebelem-se), com ativistas



jovens (árabes e judeus) de toda a região da Palestina. Defende um só Estado (do Mar Mediterrâneo até o rio Jordão). E convoca a população palestina a se rebelar contra o seu próprio governo e contra o governo de Israel ([bbc.co.uk](http://bbc.co.uk) 17/07/2013).

Além disso, com as atuais manifestações, como essa última no Egito, em que o setor militar acusa qualquer refugiado palestino de ser braço organizado do Hamas, abre-se a possibilidade de um grande retorno da população palestina à sua região.

Assim, toda negociação que busque manter o Estado de Israel e criar um Estado Palestino é mais do mesmo e não pode pôr fim aos conflitos na região. Conservar os interesses da burguesia e impedir qualquer levante que unifique os trabalhadores da região e do mundo árabe são os maiores objetivos dessas tentativas de acordo.

### **ACORDO DE PAZ SOMENTE ENTRE O POVO TRABALHADOR**

Observamos que os interesses históricos, econômicos e culturais dos povos árabes e judeus foram construídos em um mesmo território. A vida, os sonhos e os anseios cabem na região da Palestina.

A necessidade de divisão do território, da imposição da criação do Estado de Israel, da instituição do assassinato, do racismo e da xenofobia criados pelo sionismo transformou tudo em disputa de interesses para favorecer o governo israelense e o norte-americano e esse "acordo" é para manter essa "paz".

A Autoridade Palestina novamente busca fechar um acordo com Israel que não será cumprido e que tão pouco transformará a condição de vida do povo trabalhador.

Para transformar a região em um território que coexista palestinos e israelenses é urgente a dissolução do Estado de Israel e a criação de um Estado laico e democrático, antirracista, sem fronteiras, sem muro e com livre mobilidade.

Uma vida livre da opressão será construída com a unidade e a solidariedade da classe trabalhadora palestina e israelense com a juventude pela construção de um acordo que transforme a realidade na região e em todo o Oriente Médio e que ponha fim à exploração capitalista. Assim teremos paz.

# NEM MORSI, NEM MILITARES: SÓ OS TRABALHADORES PODEM CONSTRUIR UMA ALTERNATIVA PARA O EGITO

Nas últimas semanas, acompanhamos apreensivos os desdobramentos do golpe que depôs o presidente eleito do Egito, Mohamed Morsi, e em seu lugar instituiu um governo militar. E, como sempre acontece quando os militares assumem o poder, a forma política deste governo se expressou em uma violenta ditadura que vem se consolidando.

Desde o início do século XX, as forças armadas se destacaram como instituição mais poderosa e influente do Egito e, nos últimos episódios da história recente daquele país, demonstrou toda sua força. Durante todo o período em que o ditador Hosni Mubarak esteve no poder, foi o exército que lhe servira de alicerce. Mas em fevereiro de 2011, após as gigantescas mobilizações que forçaram a derrubada de Mubarak, os militares efetivaram a queda do déspota que comandava o país há três décadas.

Após este acontecimento, organizou-se no Egito uma eleição dentro dos parâmetros democráticos burgueses. Naquele momento, este processo representava um avanço quando comparado com a ditadura existente até então. Em junho de 2012, Mohamed Morsi fora, então, eleito presidente. Contudo, um ano depois das eleições, as forças armadas entram de novo em cena: em 03 de julho, um golpe militar com amplo apoio popular é empreendido.

Mas, diferentemente das expectativas do povo, que saiu às ruas protestando contra o presidente Morsi, os militares implementaram, de imediato, um regime antidemocrático e violento, que não tem prazo para ser revogado. Isto, obviamente, desencadeou uma série de reações por parte dos partidários do ex-presidente. Estas, por sua vez, serviram de pretexto para uma repressão agressiva contra os insatisfeitos. O ponto culminante deste conflito se deu no último dia 14 de agosto. O general Abdul Fattah Al-Sisi comanda um verdadeiro massacre contra os opositores que se



manifestavam nas ruas. Resultado: 648 mortos! (conforme dados oficiais). Hoje, dia 19, depois de cinco dias de hostilidades, já se contam aproximadamente 1.000 mortos!! (de novo segundo dados oficiais).

Apesar de o cenário da realidade egípcia ainda estar bastante em aberto, com diversas tendências contraditórias ainda em consolidação, é importante que façamos desde já algumas reflexões.

O que está por trás de todo esse turbilhão que acontece no Egito (e também em outros países do Oriente Médio e norte da África) é, a nosso ver, a luta de classes.

Primeiramente, é importante dizer que se enganam os que pensam que os egípcios estão entrando em uma verdadeira guerra civil por motivos meramente religiosos. Os conflitos entre a irmandade mulçumana, os militares, e a população, que exigiu nas ruas a saída de Morsi, não podem ser compreendidos apenas sob o ponto de vista da religião. Vejamos por quê.

O Egito tem um papel fundamental no quadro geopolítico mundial. Juntamente com Israel, o país sempre garantiu a estabilidade necessária para o funcionamento da economia capitalista na região. Por isso, é tão importante para o capital manter seus aliados no poder. Mas, estes só são úteis quando conseguem manter os conflitos sociais internos, e na região como um todo, sob controle. Para auxiliar nesta tarefa, o capitalismo mundial contribui com grandes quantidades de dinheiro enviadas ao Egito e à Israel por meio dos comitês de gerenciamento de

negócios da burguesia (ou seja, os estados nacionais – o estado americano, o inglês, etc). Assim, o governo dos Estados Unidos, por exemplo, envia anualmente, desde 1979, a quantia de 1,3 bilhões de dólares para o exército egípcio. Este retribui mantendo as coisas estáveis na região, utilizando sempre a força necessária para isso.

Mohamed Morsi faria algo diferente? Seria ele o responsável por uma transformação da sociedade egípcia que ampliaria e aprofundaria os direitos democráticos e, assim, serviria de modelo para outras nações que recentemente se insurgiram contra ditaduras? Iria, por acaso, implementar medidas anticapitalistas? Não, o governo Morsi não seria diferente de outros governos em seus aspectos fundamentais. Isto foi demonstrado pelo curto período em que esteve no poder. Na verdade, ele ainda agravou os conflitos internos ao propor mudanças na constituição que restringiam os direitos civis da população.

Tanto o ex-presidente quanto os militares têm um só objetivo: administrar os interesses da burguesia internacional na região. Caso não cumpram esta missão da melhor forma possível, podem ser destituídos do poder a qualquer tempo, sem aviso prévio. Foi isso que aconteceu com Morsi.

O presidente eleito do Egito, diferentemente dos prognósticos, não conseguiu manter a estabilidade interna, e isto representava uma ameaça à reprodução do capital. Logo, deveria ser substituído.

Mas aqui cabe uma pergunta

importante: por que está tão difícil controlar os conflitos sociais no Egito?

Simple e diretamente: porque a economia do país vai de mal a pior. O capitalismo em crise não consegue dar sinais de recuperação e arrasta todas as nações do mundo neste turbilhão. Hoje, no Egito, a inflação gira em torno dos 13%, o desemprego entre os jovens chega a 46,6%, a dívida externa está próxima dos 40 bilhões de dólares. Nesta realidade, os trabalhadores egípcios são os mais prejudicados. O problema é que já não é mais possível uma solução no interior da sociabilidade capitalista. Por isso, nem Morsi, nem os militares podem estabilizar o país mais populoso do mundo árabe.

Todas as revoltas que recentemente chamaram a atenção do mundo não aconteceram simplesmente por reivindicações políticas, ou seja, por mais direitos democráticos, como a mídia – comprometida com os interesses das classes dominantes – tenta nos fazer crer. O verdadeiro pano de fundo destas insatisfações está na sobrevivência material da maioria dos trabalhadores. O capital, em meio à crise estrutural na qual está mergulhado, já não consegue garantir sua própria reprodução e se debate dia a dia para tentar manter as taxas de lucro. Neste contexto, são necessárias medidas de “arrocho” sobre os trabalhadores e que repercutem em toda a sociedade, tais como demissões em massa, diminuição de salários, ataque a direitos duramente conquistados, etc.. Esta política de pressão sobre a classe trabalhadora já é bastante dolorosa em países como Espanha, Grécia, Portugal, Irlanda, Itália, entre outros que são considerados centrais na estrutura econômica mundial. Mas, o que está ocorrendo com os trabalhadores nas nações periféricas tornou-se insuportável. É justamente esta situação vivida pelos trabalhadores em meio à crise do capital que pode ser indicada como elemento de ligação entre os levantes ocorridos no mundo árabe e as manifestações populares que estão acontecendo em todas as partes do mundo, inclusive aqui no Brasil.

Se for verdadeira a ideia de que os problemas políticos enfrentados por muitos países hoje têm sua origem nas relações sociais de produção, ou seja, no horizonte da economia, seria também

correta a afirmação de que, somente com uma efetiva mudança na esfera econômica seria possível apaziguar a revolta das massas.

Porém, boa parte dos analistas, governos e intelectuais, inclusive de esquerda, entendem que a crise atual é apenas uma crise política. Assim, seria possível superá-la exclusivamente com medidas no campo político. Alguns tentam esconder o verdadeiro caráter do momento histórico atual, de crise do sistema capitalista como um todo; outros, acreditam sinceramente nesta perspectiva politicista.

Seria necessário lembrá-los das palavras de Engels no prefácio de 1883 do Manifesto Comunista. Diz ele que a lição mais importante desta obra é o entendimento de que a *“produção econômica e a estrutura social que necessariamente decorre dela, constituem, em cada época histórica a base da história política e intelectual dessa época”*. Pensamos, então, não estarmos longe da verdade, afirmando que a resolução da crise política que se manifesta em várias regiões do mundo só ocorrerá se mudanças na estrutura econômica forem implementadas. Contudo, como indicamos acima, isto não seria praticável dentro dos limites do capitalismo. Em outras palavras, sem romper com a lógica do capital não será possível mudar as estruturas políticas predominantes hoje. Então, repressão, massacres a civis, suspensão de direitos democráticos, continuarão a ser uma constante em todos os países do mundo, e de forma mais desumana nos países periféricos.

### **AQUI VEM MAIS UMA PERGUNTA. QUEM PODERÁ PROMOVER ESTAS MUDANÇAS?**

Neste ponto, o Manifesto Comunista nos traz outra lição que deve ser lembrada: *“de todas as classes que ora enfrentam a burguesia, só o proletariado é uma classe verdadeiramente revolucionária”*. Os trabalhadores, portanto, devem ser a vanguarda desta luta.

No Egito, ainda não temos notícias confiáveis de que os trabalhadores se mobilizaram para avançar em uma luta anticapitalista. Mesmo assim, não devemos deixar de afirmar que somente quando isso acontecer o país caminhará para uma sociedade efetivamente democrática. Os trabalhadores são os



únicos que podem conduzir este processo no Egito. Nem Morsi, nem os militares estão interessados na ascensão do poder popular, no fim da propriedade privada e da exploração, enfim na construção de uma sociedade emancipada. O que todos estes governos pretendem, antes de tudo, é garantir a reprodução do capital. É para isso que se sucedem no poder. Tentam demonstrar para os patrões quem é o melhor “gerente” para os negócios da burguesia. Os que não se mostram competentes são subtraídos e outros ocupam o seu lugar. Para o capital, tanto faz se o seu “gerente” é um civil ou militar, se o regime é democrático ou ditatorial, desde que seja eficiente. Mas, ser eficiente neste caso significa subjugar cada vez mais os trabalhadores, seja com métodos diretamente violentos (os militares) ou com meios indiretamente violentos (a democracia burguesa). O fato é que quem trabalha sempre sai perdendo.

Por isso, repudiamos igualmente a violenta ditadura militar em consolidação no Egito, e o governo Morsi que pretendia suspender direitos civis básicos. Repudiamos, assim, o recente assassinato dos mais de mil mortos! Sendo consolidada esta ditadura, essa é uma prática que será utilizada contra todos aqueles já oprimidos e explorados; contra todos aqueles que gritarem por uma vida livre da opressão e exploração. Entendemos que somente os trabalhadores podem levar adiante a construção de uma nova ordem social, onde “o livre desenvolvimento de cada um será a condição para o livre desenvolvimento de todos”.

### **EXPEDIENTE**

Este jornal é editado mensalmente sob responsabilidade da coordenação nacional do Espaço Socialista. Os textos assinados não necessariamente expressam a opinião da organização.

**Contatos:** [www.espacosocialista.org](http://www.espacosocialista.org)  
[espacosocialista@hotmail.com](mailto:espacosocialista@hotmail.com)